



NOTA TÉCNICA Nº: 120/2023/COVIAS/CGOB/DAQ/DNIT SEDE

PROCESSO Nº: 50600.044591/2014-40

REFERÊNCIA: OBRAS HIDROVIÁRIAS: CONTRATAÇÃO DE OBRAS HIDROVIÁRIAS

OBJETO: TERMO DE COMPROMISSO Nº 589-2014 NOVA AVANHANDAVA

1. INTRODUÇÃO

1.1. A presente Nota Técnica trata sobre os aspectos jurídicos afetos à Minuta do **5º Termo Aditivo** ao Termo de Compromisso nº 589/2014, entabulado entre o DNIT e o Governo do Estado de São Paulo/SP, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), cujo objeto é a execução das obras de ampliação do canal de navegação a jusante da eclusa de Nova "Avanhandava", no rio Tietê, no Estado de São Paulo.

1.2. Neste contexto, apresenta-se a seguir um breve resumo dos eventos em questão e uma exposição dos principais pontos desenvolvidos pela análise técnica.

2. HISTÓRICO

2.1. A Hidrovia Tietê-Paraná – HTP, que compreende os rios Paranaíba, Paraná, Tietê e Piracicaba, integra importante sistema de transporte multimodal, funcionando como alternativa de corredor de exportação, abrangendo os Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais, uma região de 76 milhões de hectares, onde é gerada quase a metade do produto interno brasileiro.

2.2. Com uma capacidade estimada de transporte de 20 milhões de toneladas/ano, a Hidrovia Tietê-Paraná transporta, atualmente, cerca de 6 milhões de toneladas/ano.

2.3. Nos anos de 1997, 1998, 1999 e 2000, a cota do reservatório de Três Irmãos ficou em níveis inferiores ao 325,00 m.s.n.m, causando sérios prejuízos à navegação.

2.4. Na oportunidade a Agência Nacional das Águas – ANA, juntamente com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabeleceu uma regra operativa, indicando como cota mínima de operação para o reservatório de Três Irmãos a cota 325,00 m.s.n.m..

2.5. Embora essa regra tenha sido observada desde então, permaneceu o potencial conflito, como em 2001, ano da crise energética, em que a opção de uso dessa “reserva energética” foi aventada. E a situação de fato se repetiu, em duas crises devido à estiagem, a cota do reservatório de Três Irmãos voltou a ficar em níveis inferiores ao 325,00 m.s.n.m, causando a paralisação da navegação entre junho de 2014 e janeiro de 2016, e entre agosto de 2021 e março de 2022.

2.6. Como visto, em face dessas ocorrências passadas, aliadas ao atual panorama do mercado nacional de energia, para resolver esse potencial conflito é necessário a realização da ampliação da profundidade no canal de acesso à eclusa de Nova Avanhandava, numa extensão de aproximadamente 10 km, de forma a retirar a restrição operativa, que provoca a perda do volume útil das Usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, cujos reservatórios acham-se interligados pelo Canal de Pereira Barreto e, consequentemente, perda de geração de energia.

2.7. A ampliação do canal de navegação, além de contribuir com a segurança, visa o atendimento à necessidade de crescimento da capacidade operacional e equacionar conflito com demais usos dos recursos hídricos, em especial com a área de energia.

2.8. Com essa perspectiva, em 13/11/2011 foi firmado entre o Governo Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, e o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado de Logística e Transportes, tendo como intervenientes o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, o Departamento Hidroviário - DH e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, o Protocolo de Intenções MT 001/2011 (SEI nº 0013679774), com o objetivo comum de envidar os melhores esforços para a implantação de programa, visando a execução de estudos, projetos e obras complementares na Hidrovia Tietê-Paraná. O Protocolo de Intenções firmado com o Governo Federal estabeleceu a celebração de Termos de Compromisso para regular a implantação do programa.

- 2.9. O DH contratou em junho de 2013 a elaboração de projeto de derrocamento e escavação do canal de acesso de jusante da eclusa de Nova Avanhandava de modo a permitir o tráfego de embarcações no trecho e viabilizar que o nível d'água mínimo no reservatório seja fixado na cota 323,00 (nível mínimo de projeto).
- 2.10. Em 25/03/2015 foi celebrado o Termo de Compromisso nº 589/2014 (SEI nº 0012363378), para a execução das obras de ampliação do Canal de navegação a jusante de Nova Avanhandava, no Estado de São Paulo.
- 2.11. Em 2017 as obras, inicialmente, foram tocadas pelo Consorcio Hidrovia Tietê-Paraná – CHTP, mediante o contrato nº DH-128/2017, formado pelas empresas Construtora Queiros Galvão S. A. e Cetenco Engenharia S.A., com prazo inicial de 29 meses contados a partir da ordem de início dos serviços expedida em 23/02/2017, e término previsto para 22/07/2019
- 2.12. Em 10/06/2019, estando a obra com percentual estimado de execução de 24,24%, foi instaurado pelo DH procedimento rescisório unilateral, que culminou com a rescisão do contrato, por inexecução do contratado.
- 2.13. Visando a retomada das obras, foi contratado o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT para a execução de uma revisão do projeto de derrocamento e escavação do canal de acesso de jusante da eclusa de Nova Avanhandava. Sendo assim, a revisão do projeto foi concluída no primeiro semestre de 2022, e aprovada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT na sequência.
- 2.14. Finalmente, em 09/08/2022, foi lançada a Concorrência nº DH-176/2022, tendo como objeto a contratação de empresa de engenharia para a retomada das obras para conclusão da execução da ampliação do canal de navegação à jusante da eclusa de Nova Avanhandava, sendo homologada em 27/01/2023, com o preço total de R\$ 293.799.628,43, data-base: outubro/2022, e prazo de 36 meses (2026), da proposta apresentada pelo consórcio Nova Avanhandava, constituído pelas empresas: DP BARROS – Pavimentação e Construção Ltda., BRAWU Ambiental Ltda. e O'MARTIN Serviços e Locações (SEI nº 0013567415).
- 2.15. Em 17/04/2023 foi emitida a ordem de início de serviços, e a partir desta data o consórcio vencedor deu início as atividades e respectivo cronograma físico-financeiro, com os seguintes marcos: execução do derrocamento, implantação dos programas ambientais e mobilização dos equipamentos.
- 2.16. Conforme consensado entre as partes e devidamente aprovado em reunião de Diretoria Colegiada do DNIT, foi formalizada a renovação do Termo de Compromisso nº 589/2014, com a atualização dos prazos e valores, em base nas condições contratadas, referenciados no 4º Termo Aditivo (SEI nº 0012363387).
- 2.17. A lei 14.182, nos termos do Art. 8º - §§ 1º e 6º, estabeleceu programa de revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, cujos contratos de concessão sejam afetados por esta Lei, contemplado a execução das obras de derrocamento do canal de navegação a jusante da UHE de Nova Avanhandava;
- 2.18. O Decreto nº 10.838, de 18 de outubro de 2021, regulamentou o artigo 8º da Lei nº 14.182, dentre outros, e nos termos artigo 5º institui a Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas da área de influência dos reservatórios de Furnas – CPR Furnas, destinada ao desenvolvimento de ações que gerem recarga das vazões afluentes e ampliem a flexibilidade operativa dos reservatórios, além de ratificar a previsão legal de execução das obras de derrocamento do canal de navegação a jusante da Usina Hidrelétrica de Nova Avanhandava;
- 2.19. Em 22 de fevereiro de 2022, foi realizada a 181ª assembleia geral extraordinária de acionistas da Eletrobras (“181ª AGE”), tal qual prevista nos termos da Lei nº 14.182/2021 e na Resolução CPPI nº 203/2021, conforme alterada pela Resolução do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos nº 221 de 30 de dezembro de 2021 (“Resolução CPPI nº 203/2021”). Na 181ª AGE foram aprovados, com o impedimento do voto da União, os termos e condições para a implementação da desestatização da Companhia (“Desestatização”), que se daria a partir da liquidação da oferta pública global de ações de emissão da Companhia;
- 2.20. O encerramento, bem-sucedido, da oferta pública global de ações de emissão da Eletrobras e implementação de todas as condições legais, foi divulgada, por Fato Relevante, na data de 17 de junho de 2022, a conclusão da Desestatização da Eletrobras;

- 2.21. A ata da 2ª reunião conjunta do CPR São Francisco e Parnaíba e CPR Furnas, realizada no dia 24/11/2022, que aprovou o início de tratativas junto ao DNIT e ao DH/SP para verificar a viabilidade da Eletrobras/concessionária participar como interveniente no Termo de Compromisso nº 589/2014, visando aprovar a forma de aplicação dos recursos destinados a Nova Avanhandava;
- 2.22. As ações da Eletrobras para abertura de conta bancária específica referentes a CPR Furnas e depósito dos recursos financeiros realizado em 31/1/2023;
- 2.23. Considerando a ata da 2ª reunião conjunta do CPR São Francisco e Parnaíba e CPR Furnas, realizada no dia 24/11/2022, que aprovou o início de tratativas junto ao DNIT e ao DH/SP para verificar a viabilidade da Eletrobras/concessionária participar como interveniente no Termo de Compromisso nº 589/2014, visando aprovar a forma de aplicação dos recursos destinados a Nova Avanhandava;
- 2.24. Face a necessidade da instrumentalização para o repasse de recursos da Eletrobrás, foi proposto inicialmente **pela SEMIL**, a minuta do 5º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso nº 589/2015 (SEI nº 0013684332) com inclusão da Eletrobrás no presente Termo de Compromisso, deforma a promover o repasse de recursos financeiros previstos no art. 8º da Lei nº 14.182, por meio de sua subsidiária Furnas.
- 2.25. Tal proposição não foi acatada pela Procuradoria do DNIT que emitiu o PARECER n. 00417/2023/CCON/PFE-DNIT/PGF/AGU (SEI Nº 0012363421), DESPACHO n. 00217/2023/CCON/PFEDNIT/PGF/AGU (SEI nº 0012363444) e DESPACHO n. 01206/2023/GABINETE/PFE-DNIT/PGF/AGU (SEI nº 0012363446), foi indicado que deverá ser previsto um novo instrumento jurídico específico para o aporte de recursos da Eletrobrás, visando o cumprimento de suas obrigações legais e previstas no Contrato de Concessão nº 003/2022 – ANEEL-FURNAS (SEI nº 0012363398).
- 2.26. Então, diante da manifestação da Procuradoria do DNIT, foram encaminhados pela Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), os documentos Parecer CJ/SEMIL n.º 720/2023 (16394032), Nota Técnica SEMIL (16394112) e as propostas de Termo Compromisso (16394216) e 5º Termo Aditivo (16394180). A par, o referido parecer é no sentido de contratualizar o repasse de recursos da Eletrobrás para o Estado de São Paulo, e, que o repasse de recursos ocorra diretamente da Eletrobrás para o Estado de São Paulo, por meio de um termo de compromisso. Como há o alinhamento de interesse de ambas as partes, julga-se mais adequado a edição de tal ato normativo em detrimento de um contrato que possui caráter de obrigações contrapostas. Ato contínuo, é a formalização de um termo de compromisso entre a Eletrobrás e a SEMIL definindo as condições para a realização dos repasses.
- 2.27. E, considerando que a partir de 2024 os recursos serão recebidos de um novo ente, propõe-se, visando uma melhor gestão administrativa-financeira e adequada prestação de contas dos recursos com origem de entes diferentes, que a conta vinculada ao TC 589/2014 fique exclusiva para os recursos recebidos do DNIT até o exercício de 2023 e que os recursos futuros advindo da Eletrobrás fiquem em conta específica nova a ser aberta exclusivamente para o Termo de Compromisso a ser assinado
- 2.28. Considerando a deliberação do Comitê Gestor da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas da ELETROBRAS FURNAS, no sentido de que autoriza o repasse dos recursos diretamente da ELETROBRAS para o Estado de São de Paulo.
- 2.29. Diante do exposto, as partes intentam celebrar este termo aditivo ao Termo de Compromisso, alterando a forma de repasse de recursos, onde a Eletrobrás passa a participar do custeio da obra, de forma a realizar aplicações em conta específica do Estado de São Paulo destinados a Nova Avanhandava.
- 2.30. Nada impede que possam motivar novas argumentações, desde que eminentemente técnicas e dentro do escopo do parágrafo anterior.

3. **DA PROPOSTA DAS MINUTAS DOS TERMOS DE COMPROMISSOS A SEREM ASSINADOS**

3.1. **DO TC ENTRE O DNIT E A SEMIL**

3.2. O quinto Termo Aditivo a ser assinado entre a SEMIL e o DNIT deve prever que não se aplica mais a previsão de repasse de recursos pelo DNIT, sem prejuízo das demais obrigações de fiscalização da execução físico-financeira da obra, cabendo a SEMIL, conforme PARECER n. 00417/2023/CCON/PFEDNIT/PGF/AGU (SEI nº 0012363421), firmar termo específico com Eletrobrás para aporte de recursos

3.3. Assim, são previstas inclusões das obrigações do Ente Federado Beneficiado – SEMIL: que deverá assinar com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A., com interveniência da Empresa Furnas Centrais Elétricas S.A., o Termo de Compromisso de forma a viabilizar o repasse de recursos financeiros para a execução das obras de ampliação do canal de navegação a jusante de Nova Avanhandava; que discipline sobre o procedimento dos repasses de recursos e que especifique a contratação da auditoria independente

3.4. **DO TC ENTRE A SEMIL E A ELETROBRÁS**

3.5. Este Termo de Compromisso visa formalizar o método de aporte de recursos do prevista em Lei Federal e o Contrato de Concessão com a subsidiária Furnas, considerando o valor estimado na data-base de outubro de 2023, sem considerar os rendimentos futuros, de R\$ 211.986.093,47 para os exercícios contar de 2024, que serão destinadas anualmente à conta específica do projeto.

3.6. Segundo informado pela Nota Técnica DH-SP (SEI 16394112), esse valor considera:

- Valor Vigente do Termo de Compromisso 589/2014 = **R\$ 435.220.906,81**;
- Valor da Obra Contratada = R\$ 293.799.628,43;
- Valor da Obra Reajustada out/23 = R\$ 320.893.438,52, conforme Cláusula 9ª contratual, que diz que o reajuste será aplicado sobre o saldo contratual após 12 meses, contados da data do orçamento da proposta, outubro/22, ou seja, outubro/23, aplicando a variação anual do Índice sobre a data base do Orçamento do Edital, que é janeiro/22;
- Valor do Saldo Financeiro em banco do TC, na data de 31/10/2023 = R\$ 108.907.345,05.

3.7. Como os recursos a serem pagos pela Eletrobrás serão oriundos da Conta do Programa de Revitalização dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba - CPR São Francisco e Parnaíba a utilização dos recursos será auditada pelo auditor independente e remetidos anualmente para CPR Furnas, DNIT e SEMIL.

3.8. O Termo proposto também disciplina que a liberação dos recursos só será efetuada mediante aprovação de decisão do comitê responsável (CPR Furnas) e que dependerá da aprovação da execução físico-financeira da obra pela Unidade Gestora – DNIT.

3.9. Caberá à SEMIL realizar a prestação de contas da obra ao DNIT, emitir os Termos de Quitação, além da obrigação já prevista no Termo de Compromisso nº 589/2014 e Quatro Termos Aditivos da execução das obras de ampliação do canal de navegação a jusante de Nova Avanhandava.

3.10. Permanece como obrigação da SEMIL a prestação de contas da execução física da obra, bem como a prestação de contas do cronograma físico-financeiro, ao DNIT, de forma que a liberação de recursos de cada exercício seguinte esteja vinculada a aprovação do exercício anterior.

4. **QUANTO AOS ITENS 29 E 30 DO PARECER N. 00024/2023 DA PFE**

4.1. Foi instruído todo o processo SEI 50600.513368/2017-07, onde foram apresentadas as prestações de contas das 30 medições, referente aos pagamentos do TC nº 589/2014 (SIAFI 683471) até o momento, sendo possível verificar parecer favorável concluso através da Nota Técnica nº 1143/2023/SECONV/CONTAB/CGOF/DAF/DNIT SEDE (SEI 14614659), na quantia de R\$ 51.816.172,99 (cinquenta e um milhões, oitocentos e dezesseis mil cento e setenta e dois reais e noventa e nove centavos).

4.2. Segundo informado pelo despacho (DNIT) COGEO (SEI 14617560), já houve o repasse financeiro da 4ª parcela acordado mediante o TC nº 589/2014 (SIAFI 683471) no valor de R\$ 98.718.676,00 (noventa e oito milhões, setecentos e dezoito mil seiscentos e setenta e seis reais), na data de 19/05/2023, conforme processo nº 50600.007163/2015-17.

4.3. Sendo assim, o restante do recurso disponível custeará uma parcela da nova contratação (Contrato nº DH/176/2022) para a retomada das obras para conclusão da execução da ampliação do canal de navegação da eclusa de Nova Avanhandava.

5. CONCLUSÃO

5.1. Tendo em vista a necessidade da definição para efetivação dos repasses dos recursos previstos no §6º do art. 8º da Lei 14.182/21, propõe-se a assinatura de novos termos de compromisso, conforme acima explicitado.

5.2. Neste sentido, está sendo encaminhado **Nova Minuta do 5º Termo Aditivo** (SEI 16467463), com as devidas alterações orientadas pelo PARECER n. 00024/2023/GABINETE/PFE-DNIT/PGF/AGU (SEI 16438550), para a análise e aprovação.

5.3. Ressaltamos ainda, que essa Coordenação de Obras em Vias Navegáveis entende que, a atuação do DNIT permanecerá, diante do novo cenário com a inclusão dos intervenientes ELETROBRÁS E FURNAS, com a FISCALIZAÇÃO da execução dos serviços até a conclusão do objeto do Termo de Compromisso.

5.4. Assim sendo, proponho o encaminhamento à CGOB, e posteriormente à DAQ, para conhecimento e providências.

(Documento assinado eletronicamente)

Célio Henrique dos Reis Silva

Coordenador de Obras em Vias Navegáveis

Brasília/DF, na data de assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Célio Henrique Dos Reis Silva, Analista em Infraestrutura de Transportes**, em 14/12/2023, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.dnit.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16471499** e o código CRC **9E49BDF3**.

Referência: Processo nº 50600.044591/2014-40

SEI nº 16471499



MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES



Setor de Autarquias Norte | Quadra 3 | Lote A
CEP 70040-902
Brasília/DF |